

## ENTRE CILA E CARÍBDIS O realismo social de Margaret Archer

*Nuno Oliveira*

### Introdução

Ao abordarmos as questões ontológicas das ciências sociais, não será descabido afirmar que dois nomes ocupam um lugar proeminente no debate contemporâneo. São eles, Anthony Giddens e Margaret Archer. A centralidade das propostas destes dois autores para uma reelaboração da teoria social passou em larga medida por uma reavaliação sistemática dos pressupostos ontológicos das ciências sociais, em particular do património teórico da sociologia. Se, por um lado, a teoria da estruturação, assim como foi elaborada por Giddens, assume concretamente o desiderato de “formular uma teoria ontológica da constituição da vida social” (Cohen, 1990: 355), por outro, o projecto teórico de Archer alicerça-se na crítica dessa mesma formulação (Archer, 1982; 1995). Podemos situar o momento inaugural desta interpeção à teoria da estruturação no artigo de 1982 “Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action” (Parker, 2000), sendo que, a partir daí, Archer tem vindo a insistir na fragilidade do teorema da dualidade da estrutura, enfatizando que este não é mais do que uma versão de “conflacção central”, com as consequências que explicitaremos mais abaixo.

O reposicionamento da ontologia enquanto premissa indispensável para a construção da teoria social não se salda em mera abstracção teórica, no sentido em que não se define simplesmente por uma vontade diletante de hipertrofia conceptual, ou uma “teoria teórica” como a definiu Bourdieu, referindo-se ao escolasticismo de tais empreendimentos (Bourdieu e Waquant, 1992). Bem pelo contrário: não apenas ela implica uma simultânea avaliação de conceitos como sistema, acção, interacção ou mesmo reflexividade, como é determinante na forma como eles se articulam com a empiria. Podemos inclusivamente dizer que as questões epistemológicas, assim como as metodológicas, surgem, nos dois autores, subordinadas à necessidade de ontologização da imaginação conceptual.

Neste contexto, pensar Archer em relação a Giddens não é mais do que aquilo que a própria autora tem feito no esforço de encontrar um campo teórico para a abordagem morfogenética. Todavia, o mesmo não poderá ser dito do seu émulo. Falamos de um confronto e não de complementaridade porque estas duas posturas, não obstante partilharem afinidades teóricas e encontrarem-se ambas apostadas numa superação das dificuldades analíticas que a integração teórica faz impender sobre a investigação social, têm mantido os seus desenvolvimentos em paralelo. Sem dúvida que grande parte da ausência de debate entre as duas perspectivas é disso exemplo. Daqui decorre que, apesar das sistemáticas críticas de Archer à teoria da estruturação, estas têm sido normalmente escamoteadas pelo alvo, ou seja, o autor Anthony Giddens. Esta escassez de encontros teóricos entre os dois

expoentes britânicos da teoria social não tem permitido cotejar as duas propostas, sobretudo recorrendo a um método hermenêutico por excelência, a dialogia, contrariando desta forma as mais basilares propostas programáticas que Giddens elencou em *New Rules*. Sucede, por conseguinte, que, se Giddens tem sido parco em contra-argumentar em relação às críticas de Archer, nada nos impede de rever as suas teorias no sentido de relevar a tensão existente entre as duas posturas teórico-conceptuais e daí extrair, não uma síntese, objectivo para o qual não nos sentimos competentes, mas tão-somente uma clarificação lógica dos seus principais argumentos, daquilo que os separa e daquilo que partilham, mesmo que isso não seja tão explicitado como o desejável nas suas obras.

Em contrapartida, Giddens tem mantido um intenso diálogo com muitos outros autores que, tal como Archer, são provenientes desse *corpus* de filosofia social denominado realismo social crítico. Basta para tanto lembrar o debate que, de forma directa ou indirecta, opôs o modelo transformativo de Bhaskar à teoria da estruturação. Deste debate, é possível igualmente salientar os diversos paralelos existentes entre as duas concepções da vida social. Em traços gerais, ambas decorrem de uma postura pós-humeana e pós-empirista, que delega uma capacidade heurística mais ampla nas investigações hermenêuticas e críticas. Paralelamente, ambos pretendem “resolver”<sup>1</sup> o dualismo entre acção e estrutura, seguindo, é certo, caminhos divergentes.

Em razão da magnitude da discussão, o exercício que a seguir se propõe não constitui mais do que isso mesmo: um exercício. É-o, no sentido em que procurar cotejar o “esqueleto” teórico dos dois autores, identificar putativas lacunas ou complementaridades, para isso fazendo uso da crítica ontológica ao dualismo social (Giddens) e à crítica da crítica ontológica (Archer), servirá fundamentalmente como uma exercitação da lógica teórica. A principal regra deste exercício é a de não comparar os corpos teóricos enquanto totalidades, quer quanto ao intento de sintetizar numa fórmula uma determinada construção teórica, quer na reiteração de mais uma tentativa de hiperdiferenciação obstaculizadora de um possível confronto proposicional (Pires, 2007).

Evidentemente que diversos aspectos, em virtude da exiguidade do espaço num artigo desta natureza, carecem de maior desenvolvimento. Não obstante, gostaríamos de propor aquilo que pensamos ser uma tripartição que condensa uma possível leitura da confrontação entre estes dois autores. São três, quanto a nós, os eixos onde este confronto se torna mais notório: a) o eixo ontológico; b) o eixo sistémico; c) o eixo accionalista. Cada um deles reveste-se de interesse particular e é nelas que podemos identificar as principais divergências e convergências entre estes dois corpos teóricos. Nos primeiros dois blocos, fazemos apenas uma revisão de algumas críticas conhecidas, sendo que será quanto ao terceiro bloco — o eixo accionalista —, que se debruça sobre a obra mais recente de Archer, que teremos mais a dizer e onde um resgate parcial da teoria da estruturação parece fazer sentido.

---

1 O que não significa que ambos pretendam “superar” esse mesmo dualismo.

## Eixo ontológico

### *Dualidade de estrutura vs. emergentismo*

Grande parte das críticas endereçadas a Giddens pelos autores filiados no realismo social prendem-se com o facto de o primeiro ter negligenciado o dualismo e abraçado a dualidade. Na terminologia de Archer, a teoria da estruturação não é mais do que uma versão de “conflacção central”. Esta teria sido a “via média” encontrada por Giddens para não recair nem na *downward conflation* nem na *upward conflation*, a velha dicotomia que assombra as ciências sociais desde as suas origens e que consiste na oposição entre dar prioridade ao indivíduo ou ao todo social. Todavia, no parecer de Archer, a teoria da estruturação revelou-se igualmente um malogro, ao não assegurar a distinção analítica entre os dois níveis, concentrando-se em postular a sua “conflacção” em vez de analisar a sua interacção.

Giddens posiciona-se, e sempre o fez, a favor da cisão entre as ciências sociais e humanas e as ciências naturais — e em vasta medida o eixo através do qual a epistemologia das ciências sociais foi pensada pelos seus fundadores, considerando fulcral a oposição entre naturalismo e humanidades, sobretudo quando esta se ancorava na distinção entre explicação e interpretação. Esta distinção central do idealismo neokantiano alemão, firmada no preceito académico da separação entre as *Naturwissenschaft* e as *Geistwissenschaft*, deve, segundo Giddens, ser levada a sério, e possui amplas consequências no trabalho sociológico. As consequências desta oposição manifestam-se na impossibilidade de abordar o mundo social da mesma maneira que o natural. Com efeito, segundo Giddens, a sociologia difere das ciências naturais na medida em que não opera com objectos preexistentes. Os indivíduos atribuem significado ao mundo social envolvente e actuam de acordo com esse mesmo significado. Segue-se que a atitude epistemológica possível é a de interpretar os objectos que se encontram eles próprios impregnados de significado; logo a sociologia é caracterizada por uma dupla hermenêutica. Dupla, porque lida com objectos que apenas são conceptualizáveis porque possuem significados apreensíveis quer para os actores leigos quer para especialistas (mesmo que estes divirjam), e porque ao serem comunicáveis, ou seja, partilháveis, facilmente integram o senso comum, tornando-se indistintos das suas aplicações científicas ou especializadas.

Neste sentido, podemos considerar a teoria da dualidade de estrutura como um esforço de negação da tripartição do “existente” assim como esta é proposta pelo realismo crítico. Convém enunciar em maior detalhe esta mesma partição. O realismo crítico postula a existência de três níveis diferenciados da realidade. O “real” como aquilo que “é”, aquilo que existe para além das nossas interpretações, textos, discursos ou percepções, seja natural ou social, e tenhamos nós ou não uma noção adequada da sua natureza. Este “real” contém uma estrutura e poderes que podem ser activados ou mantidos na sua dormência. Os realistas tentam, por conseguinte, identificar aquilo que é percebido como necessidade ou aquilo que é entrevisto como possibilidade no mundo povoado de objectos. O “actual” é justamente aquilo que é feito quando as potencialidades e as estruturas desses mesmos objectos são activadas e utilizadas. Finalmente, o empírico corresponde ao

domínio da experiência, quer ao nível do real quer do “actual”, mesmo que disso não tenhamos consciência (Sayer, 2000: 11-12).

Dizer que o esforço de negação parte da teoria da estruturação é, de certa forma, inverter o argumento tradicional que opõe especificamente a intransitividade dos objectos à noção de dualidade de estrutura. Ou seja, a oposição entre dualismo e dualidade. A inversão do argumento é aqui assumida. Sucede que, como é variadamente reconhecido, um dos postulados centrais da teoria da estruturação é justamente o de negar a independência ontológica entre objectos sociais e as pessoas que os utilizam. A questão não confina com o problema do “existente”, ou seja, nem a estruturação nem o realismo social negam a “existência” independentemente da acção humana, o que colocaria ambos num extremo empirista que é, desde logo, similarmente rebatido por estas abordagens. O problema reside antes na assunção necessária de não diferenciação ontológica entre estrutura e agência que se encontra enunciada na teoria da dualidade de estrutura.

Da parte do realismo, a crítica a uma tal assunção tem sido enunciada a dois tempos: primeiro, como crítica de pendor epistemológico que critica as *démarches* mais hermenêuticas por se resignarem à hegemonia da ciência positivista, cavando um hiato incolmatável entre as ciências da natureza e as suas parentes pobres, as ciências sociais. Neste sentido, os opositores ao naturalismo são acusados de estarem mais preocupados em defender o campo das análises hermenêuticas da intrusão do positivismo, do que em elaborar teorias alternativas que explicitem de forma não empirista categorias lógicas como existência e causalidade. O argumento ontológico realista passa, por conseguinte, por afirmar um segundo caminho para a apreensão do “existente”, ou seja, são duas as maneiras de apreender a realidade de objectos postulados: perceptiva e causal (Bhaskar, 1989). Consequentemente, autoriza-se o postulado segundo o qual a estrutura social é tão real como as estruturas físicas, não pelo facto de a podermos perceber, mas porque possui, similarmente, propriedades causais (Archer, 1995; Bhaskar, 1989; Marsden, 1999).

Por conseguinte, um primeiro contraste entre estas duas perspectivas verifica-se sobretudo na atribuição de causalidade às entidades sociais. Melhor dito, traduz-se na assunção segundo a qual a estrutura exerce efeitos condicionantes, de natureza ontologicamente diferente, sobre a agência. Estaríamos redondamente equivocados se assimilássemos o enunciado precedente a uma lógica funcionalista. Pelo contrário, ambas as abordagens são categóricas em afirmar que “as formas sociais” são dependentes da actividade humana. O que diz Archer, em contraposição a Giddens e na esteira do realismo social, é que, apesar de estas “formas” manifestarem a sua influência apenas e só através da agência, é contudo possível separar logicamente as propriedades emergentes da estrutura (distribuições, papéis, posições e instituições) e da cultura (teorias, proposições ou doutrinas) das propriedades emergentes da agência (deliberação, discernimento, dedicação).

Para melhor percebermos o que aqui se encontra implicado, convirá salientar dois dos principais postulados do realismo social. Primeiro, as formas sociais (ou,

se quisermos, as estruturas ou entidades)<sup>2</sup> preexistem aos indivíduos. Tal significa que os indivíduos herdam as estruturas e que estas, conseqüentemente, precedem temporalmente a acção. Ora bem, no funcionalismo tradicional esta “precedência” era vista ou como internalização de normas que já existiam ou como coerção do contexto moral (a linha durkheimiana). Seja como for, existia um “dentro” e um “fora” e era consoante a coerção exercida pelo segundo termo que o indivíduo deveria ajustar o seu comportamento social. Como é sabido, Giddens pretende superar este dualismo do “dentro” e “fora” sobretudo no que concerne à dimensão coercitiva. A teoria da estruturação propõe fazer esta superação conceptualizando a estrutura como sistema activado nas práticas, portanto, com existência meramente virtual, enquanto complexo de regras e recursos que são activadas pelos agentes nas suas interacções e trocas sociais, consoante estes se encontram numa maior ou menor co-extensividade espaço-temporal (Giddens, 1984). Ou seja a estrutura não possui uma efectividade autónoma e só se manifesta através da sua instanciação prática, enquanto manipulação de regras e recursos por parte dos agentes. Esta formulação encontra-se explicitamente assumida quando Giddens afirma que “as estruturas de significação devem ser analisadas como sistemas de regras semânticas; as que dizem respeito à dominação como sistemas de recursos; as que se referem à legitimação como sistemas de regras morais” (Giddens, 1996: 142).

Contrariamente, na perspectiva de Archer, pessoas e estruturas são analiticamente dissociáveis; são-no em virtude das suas propriedades emergentes. Para Archer, existem três modalidades de propriedades emergentes: propriedades emergentes estruturais (SEP), equivalendo estas ao domínio material; propriedades emergentes culturais (CEP), correspondendo ao domínio das crenças e sistemas de conhecimento, com a ressalva de que não são estas redutíveis ao nível individual; propriedades emergentes pessoais (PEP), sendo que, quanto ao domínio pessoal, Archer acrescenta ainda uma subdivisão composta por: pessoas (a entidade biológica e psicológica propriamente dita), agentes (grupos, dissociáveis entre grupos de interesse e pré-grupos), e actores (o tomador de um papel dentro de um grupo). Segundo Archer, as estruturas sociais são propriedades emergentes, nunca se reduzindo às actividades dos indivíduos presentes; antes, resultam de interacções passadas que servem, por sua vez, de contexto às interacções presentes, quer como condicionadoras quer como possibilitadoras dessas mesmas interacções, podendo estas conduzir a mudança (morfogénese) ou reprodução (morfoestase). Conclui que, no intuito de averiguarmos se a interacção social resultará em mudança ou em reprodução, é imprescindível manter a distância analítica entre estrutura e agência.

Isto não significa, assinala-se, que não existam pontos de contacto entre a teoria da estruturação e a morfogénese de Archer (as duas abordagens têm vindo tendencialmente a aproximar-se, como veremos abaixo). Eles são vários, como a própria Archer refere na sua interpelação inaugural à teoria da estruturação:

---

2 Formas sociais é o termo utilizado por Bhaskar em *The Possibility of Naturalism*; estrutura, é o termo utilizado por Archer; e, finalmente, entidade, é o termo utilizado por Elder-Vass. Embora com algumas diferenças, estes conceitos possuem um denominador comum: as propriedades que emergem da organização das suas partes não se reduzem a essas mesmas partes.

Quer a abordagem “morfogenética” quer a “estruturacionista” concordam que a acção e a estrutura pressupõe-se uma à outra: a padronização estrutural assenta inextricavelmente na interacção prática. Simultaneamente, ambas reconhecem que a prática social é inelutavelmente moldada por condições não reconhecidas da acção e gera consequências não intencionadas que formam o contexto para a interacção subsequente. (Archer, 1982: 456)

Com efeito, as duas linhas teóricas encontram-se quanto à recursividade entre acção e estrutura, assim como quanto aos efeitos não intencionados da acção, gerados por condições que “escapam” ao conhecimento dos agentes. Onde elas se separam inexoravelmente é quanto à questão da emergência, e a correlata introdução de hiatus temporais nos processos de reprodução/transformação da sociedade, aos quais Archer deu a designação de ciclos morfogenéticos/ morfoestáticos.

Seguindo a crítica realista, como na teoria da dualidade de estrutura não existe produção que não seja reprodução e vice-versa, desde logo porque ao produzir se está *ipso facto* a reconstruir a ordem que capacita essa mesma produção, ou seja, não existe estrutura que não seja “estruturacção”,<sup>3</sup> consequentemente a suspensão de um dos termos é apenas possível através do artifício da *epoché*. Todavia, esta *epoché*, se bem que pragmaticamente indispensável, não resolve o problema da eficácia causal. Pelo contrário, esse acaba subalternizado, na medida em que a dualidade de estrutura revela dificuldades intrínsecas em estabelecer umnexo causal. Aceitar a dualidade é impedir precisamente esse procedimento lógico. Ao não privilegiar nenhum dos dois termos da equação, ao afirmar que estrutura e agência são, por assim dizer, devedoras de uma “ontologia das práticas” (Sawyer, 2006), ao reforçar a convicção segundo a qual não devemos dotar nenhum dos termos de prevalência metodológica, seja em que circunstância for, Giddens não faz mais do que tornar o problema irresolúvel. Pelo contrário, segundo o emergentismo, para explicarmos a “eficácia causal” de uma determinada propriedade emergente precisamos de identificar as relações entre práticas e elementos estruturais e o mecanismo através do qual estes se combinam para produzir a propriedade (Elder-Vass, 2008; Elster, 1998; Harré e Secord, 1972). Ou seja, identificar um todo, as partes que compreendem esse todo e as relações que entre elas se estabelecem e, finalmente, o mecanismo através do qual estas práticas e relações se combinam entre si e que produz a propriedade. Este “todo” não é uma reificação, mas antes o resultado de uma história causal que explica a configuração necessária entre as partes que levou à produção daquela propriedade em particular; procedimento a que Archer chama

3 Convém não confundir esta afirmação com a incapacidade de mudança. Esta, bem assim como a historicidade dos sistemas sociais, é absolutamente crucial para Giddens se quisermos compreender os processos de diferenciação social. Todavia, a noção segundo a qual a estrutura não é um padrão visível, mas antes um complexo de recursos e regras que tem que estar sistematicamente a ser reactualizado, leva a imprimir inexoravelmente a sistematização como característica necessária das estruturas sociais. Por exemplo, quando Giddens analisa as classes sociais, estas não constituem nunca estruturas distributivas cuja fixidez fosse — mesmo que analiticamente — pressuposta; comportam como tal um permanente processo de reconfiguração, admitindo raramente fronteiras estáveis. Ver Giddens (1973).

“histórias analíticas de emergência”. Archer está por conseguinte correcta quando diz que a “dualidade de estrutura” elide a imprescindível análise da inter-relação entre estrutura e agência. E fá-lo porque ao cometer-se a uma “ontologia das práticas” omite o “momento estrutural” (Elder-Vass, 2010) de produção e reprodução das mesmas.

### Eixo sistémico

#### *Distinção entre integração sistémica e social*

Como ponto de partida, podemos começar por afirmar que Giddens tem uma visão de prática social mais devedora do interaccionismo e da etnometodologia, enquanto Archer se coloca distintamente do lado das teorias do conflito e da mudança social. Neste sentido, a prioridade afectada ao colectivo ou à praxis é imediatamente inferida por relação às tradições teóricas que serviram de inspiração aos dois actores.

Tendo em conta que Archer parte de uma perspectiva assumidamente macrossociológica<sup>4</sup> e que Giddens concede uma bem maior latitude às correntes interaccionistas e etnometodológicas (Cohen, 1990), são justamente as diferentes noções de sistema assim como a prioridade que estas ganham nas respectivas abordagens que importa cotejar.

Para Giddens, um sistema é constituído pelas “relações reproduzidas entre os actores ou os colectivos, organizadas enquanto práticas sociais regulares” (Giddens, 1984: 25). Mais concretamente, um sistema será então um conjunto de modos de interacção articulados e interligados, reproduzidos em cenários diversos através do tempo num determinado período histórico. O sistema é a unidade analítica fundamental em Giddens.

Por seu lado, Archer não oferece uma explícita definição de sistema, embora seja este conceito central para a sua teoria da morfogénese. Em lugar de uma definição, Archer recorre aos seus complementares, tais como “sistematização”, ou então ao par canónico “integração sistémica” e “integração social”. Por vezes, sistema (social) refere-se às “configurações específicas das suas estruturas componentes, cujos factores emergentes das primeiras decorrem das relações que se estabelecem entre as últimas” (Archer, 1995: 172); outras, é mais simplesmente as formas como as “partes” se inter-relacionam. O sistema cultural, por exemplo, refere-se a um *cluster* de proposições interdependentes porém compatíveis, ou, mais especificamente, corresponde ao *corpus de inteligibilia* existente, o que Popper designou “Terceiro Mundo de Conhecimento”, sendo que o mais aproximado que a autora admite da sua definição de sistema cultural é a noção de paradigma na acepção de Khun (Archer, 1996 [1988]: 104).

---

4 É no seu estudo sobre as origens sociais dos sistemas educativos que Archer expõe aquilo que considera dever ser um programa para uma análise macrossociológica. É justamente essa partilha que a autora identifica em contributos tão diversos quanto os de Lockwood, Gouldner, Eisenstadt, Buckley e Blau, (ver Archer, 1979: 25).

Se bem que nenhuma definição nos seja oferecida, a relação entre os sistemas culturais e socioculturais é fundamental para a compreensão dos ciclos morfogénéticos ou morfoestáticos. Um aspecto crucial para esta ciclicidade é a concepção segundo a qual estrutura e agência são concebidas como existindo em estratos temporais diferenciados. Isto permite formular teorias sociais nas quais a estrutura precede a agência e exerce sobre ela uma influência causal. Ou seja, “a integração sistémica condiciona a integração social [...] na medida em que a integração social se refere sempre ao aqui e agora” (*id., ibid.*: 183). Em *Realist Social Theory*, Archer ensaia uma sequência que exemplifica claramente o seu entendimento da relação entre integração social e integração sistémica.

Segundo Archer, o mecanismo básico através do qual os factores culturais intersectam o campo estrutural decorre do facto de um grupo defensor de interesses materiais (*a material interest group*) advogar uma qualquer doutrina (teoria, crença, ideologia) para a afirmação desses mesmos interesses, condição essa que o coloca imediatamente numa dada lógica situacional.

Ao advogar um conjunto de ideias o grupo de interesses “fixa-se” a uma determinada doutrina cultural e aos seus problemas associados. Necessariamente passam a fazer parte de uma lógica situacional no domínio cultural. Isto porque a razão pela qual os grupos de interesse adoptam ideias é pública: informar e unificar os apoiantes contra os seus concorrentes, usando para isso argumentos (convincentes?). Tornar os argumentos públicos é intrínseco ao processo de adopção de ideias por parte de um grupo de interesses: “O grupo de interesses [...] avaliou o campo cultural, seleccionou a partir deste ideias congruentes e tornou-as públicas. Assim fazendo, alerta toda a população relevante (apoiantes, opositores ou grupos semiopositores) para uma parte particular do sistema cultural” (Archer, 1995: 306). Os factores estruturais exercem a sua influência sobre o campo cultural da mesma forma mas na direcção inversa, ou seja, se a defesa de uma determinada doutrina for associada a um grupo de interesses, essa associação traduz-se necessariamente na conjunção entre o discurso cultural e os jogos relacionais de poder, porquanto esta assunção se revela imediatamente por relação a outros grupos (*id., ibid.*: 307).

Assim, abordar o sistema cultural de uma perspectiva dualista significa ter em conta categorias que lhe são intrínsecas e distintas das do nível sociocultural. As relações sistémicas possuem propriedades próprias que não são redutíveis aos julgamentos dos actores sociais. Neste sentido, elas partilham princípios lógicos invariantes. Para além disso, temos que à prerrogativa concedida às influências estruturais sobre a interacção se devem juntar as variáveis grupais, geralmente escamoteadas pelas visões individualistas. Em termos ontológicos, sustenta-se que existem relações objectivas de contradição cuja existência não depende da consciência que delas têm os agentes.

Para Archer é claro que provar a irredutibilidade analítica entre sistema cultural e sistema social equivale a mostrar que existem contradições lógicas inextricáveis entre e dentro destes sistemas. Giddens, ao formular a sua noção de estrutura enquanto composta por regras e recursos — e atente-se na consabida metáfora linguística a que Giddens recorre frequentemente —, está, em certa medida, a

introyectar o sistema cultural, e logo a sonegar-lhe a possível autonomia analítica. O facto de o agente, enquanto actualizador e produtor de estrutura, ser aparentemente alguém com um conhecimento aprofundado dessas mesmas regras — mesmo que não consciente — traduz-se na total negligência da ideia de contradição ao nível sistémico na teoria da estruturação. Sublinhamos, ao nível sistémico. Porque a contradição é, tal como na teoria da morfogénese, uma forma lógica indispensável para a produção de mudança. Em Giddens esta é deslocada do sistema para os princípios estruturais. É nestes últimos que a contradição produz efeitos. Temos assim que, baseando-se ambos na contradição lógica, um infere-a nos princípios enquanto o outro infere-a nas relações.

Por conseguinte, a irreduzibilidade dos sistemas sociais e culturais implica que as “relações ao nível da agência em interacção (*agential interaction*) possam mostrar um nível significativo de variação independente no que respeita às relações que caracterizam os sistemas sociais ou culturais emergentes [...] e vice-versa” (Archer, 1995: 295).

Todavia é necessário encontrar mecanismos que façam a ligação entre estas duas dimensões. As ligações entre as condicionantes estruturais ou culturais e o nível interactivo são consubstanciadas pela distribuição dos “direitos adquiridos” (*vested interests*), e estes por sua vez funcionam através de agentes em confronto, evidenciando lógicas situacionais diferentes em vista da sua prossecução ou manutenção. Da mesma forma, os mecanismos conectivos entre a interacção e a fase da elaboração (morfogénese) ou reprodução (morfoestase) funcionam através de transacções envolvendo troca e relações de poder.

#### *Lógicas situacionais: dos agentes ou dos actores?*

Ao nível grupal, “Os grupos sociais confrontam dois tipos completamente distintos de lógica situacional, dependendo das propriedades sistémicas das suas convicções, ou seja, da sua relação contraditória ou complementar” (Archer, 1995: 185). Ou seja, a existência de harmonia ideacional ou de conflito condiciona o sistema sociocultural (o lugar da interacção) de formas distintas.

Estabelecendo que o lugar da agência se encontra ao nível grupal, Archer “escapa” à complexidade de uma teoria da acção, seja ela de índole hermenêutica, seja estratégica. Porém, identificar o nível agencial com o nível grupal pouco ou nada nos diz da relação que existe entre a pessoa e o grupo, ou, se quisermos, entre o actor, em situações de interacção, e o grupo. Por esse facto, no esquema dualista de estrutura e agência nada nos é dito sobre a estrutura interna dos próprios grupos. A menos que Archer conceba esta relação como uma fragmentação gradual da configuração macro onde as dinâmicas sociais se processam; ou seja, a menos que as relações estrutura-agência intragrupos repliquem as configurações equacionadas ao nível intergrupalo. Se assim for, Archer deixou por explicar como é que a cultura ao nível intragrupo influencia a acção. E isto deixaria por explicar as razões para agir que não fossem aquelas que Archer elabora para os grupos e as suas lógicas situacionais. Ou melhor, Archer teria que admitir a existência de lógicas situacionais também para actores e regressar *ad initio* ao problema que pretendia superar: como

se conjugam as características estruturais com as acções individuais, como é que interagem e porquê? Ao invés, limita-se a estabelecer um pressuposto maximalista, a saber, são os grupos que agem, quer seja na luta por recursos quer seja na tentativa de hegemonia ideacional.

Afigura-se-nos que, quanto a este aspecto, a noção de sistema assim como concebida por Giddens, apresenta um potencial explicativo acrescido por relação à ideia de sistema segundo Archer. Ou seja, se as entidades de Archer não têm mais do que um nível grupal, quando complementadas com a noção de “modos de interacção articulados e interligados” quer por actores individuais quer colectivos ganham em profundidade relacional. Pois é aqui que, a nosso ver, se encontra a pecha da concepção sistémica como esta é compreendida por Archer. Sem uma perspectiva que abarque a relacionalidade a diversos níveis, as suas influências recíprocas e a sua direcionalidade (dos agentes — grupos — para os actores — pessoas —, e vice-versa), a mediação agência-estrutura fica basicamente truncada — Archer acaba por perder as pessoas de vista.

### Eixo accionalista

#### *Sobre o projecto em Archer*

Após *Realist Social Theory*, Archer dedica-se a suplementar uma teoria sistémica do conflito com, agora sim, uma teoria da mediação entre agência e estrutura (incompleta nas obras anteriores, como a própria concluiu mais recentemente).<sup>5</sup> Em termos muito simples, até aqui, o dualismo apenas nos dava uma análise macro das relações lógicas entre estrutura e cultura, o que estava longe de ser a síntese pretendida. O problema passa então a ser o de enunciar uma teoria plausível que faça a mediação entre propriedades estruturais e pessoais. E isso começa a ser delineado a partir de *Structure, Agency and the Internal Conversation*. Archer dá o passo fundamental, e traduz-se este na introdução da noção de reflexividade, consubstanciada no mecanismo da *internal conversation*. Como funciona esta?

Os agentes deparam com situações reais que lhes colocam constrangimentos estruturais e culturais. Os primeiros possuem formas diferentes de lidar com esse leque de constrangimentos, e a forma como o fazem é através da *internal conversation*, ou seja, de um diálogo interno entre um eu subjectivo e um eu objectivo e que se processa da seguinte forma: os actores, tendo em conta as suas mais significativas preocupações (*concerns*), avaliam o caminho a tomar mediante os constrangimentos ou capacitações, discernindo os possíveis trajectos que a acção pode tomar (*discrimination*) e deliberando relativamente aos custos e benefícios de cada um desses trajectos (*deliberation*); finalmente, dedicando-se (*dedication*) a ponderar as

5 “Por outras palavras, como é que a objectividade afecta a subjectividade e vice-versa? Os realistas sociais não deram uma resposta completamente satisfatória. Propusemos um processo relativamente vago de condicionamento — processo esse que é demasiado impreciso para que sirva de mecanismo causal.” (Archer, 2003: 2)

consequências do caminho tomado. Se o caminho é reavaliado, o ciclo recomeça (discernir, deliberar, dedicar-se). A propósito deste “ciclo”, Archer observa:

Através deste *modus vivendi*, os sujeitos expressam as suas preocupações pessoais o melhor que podem na sociedade. Em traços gerais, estes componentes podem ser resumidos através da fórmula: *preocupações (concerns); projectos (projects); práticas (practices)*. Não existe nada de idealista nisto, porquanto as “preocupações” podem ser ignóbeis, os “projectos” ilegais e as “práticas” ilegítimas. (2007a: 42)

A figura que assume este *modus vivendi* é o *homo sentiens* (Archer, 2000). O *homo sentiens* surge por oposição ao *homo oeconomicus* dos neo-utilitaristas (Becker, etc.) e ao *homo sociologicus*, o homem hipersocializado parsoniano que apenas responde às normas.

O *homo sentiens* “é um personagem [sic] que é capaz de fazer compromissos morais, cuja razão para os manter reside no seu envolvimento social” (*id., ibid.*: 53). A noção de comprometimento social decorre de um agente activo que toma os compromissos questionando-se sobre as acções das pessoas, em termos das suas vantagens e da escala de valores em que estas podem ser traduzidas. Neste sentido, quando tomamos estes compromissos procuramos nas nossas escolhas obter um fim último (amor, pertença, etc.); não se cingem estes, apenas e sempre, a um meio instrumental para uma outra finalidade. Estas acções são “expressivas” de uma dada relação, ou seja, os compromissos morais desta natureza não são nem calculistas nem estritamente socializados. Donde, a referência para o agente racional nunca poder ser ele próprio — ele necessita de um grupo com o qual se identifique. Neste sentido, o que é crucial para a nossa tomada de decisões são os nossos *ultimate concerns* — é esta a fonte dos nossos comprometimentos sociais nos quais investimos afectivamente.

A tentativa de introduzir os agentes na concepção dual oferecida pelo realismo social, que segundo a autora era fundamentalmente escassa no que toca às pessoas (Archer, 2007a: 39), conduz, não obstante as declarações em contrário, a uma séria recaída no idealismo. A este respeito, o problema não é a natureza dos *concerns*, como a autora parece assumir. A dúvida surge no tocante à ordem de prioridades estabelecida; e, conseqüentemente, à procura de justificação suficiente para que sejam estes o móbil para a realização dos projectos. Ou seja, devemos questionar a assunção, que parece guiar a autora, de uma linearidade intencional entre o estabelecimento das nossas preocupações fundamentais, a elaboração do projecto e a efectividade da agência. Esta assunção leva a autora a afirmar que “uma prática bem sucedida é o equivalente à realização de um projecto por parte de um agente [...]” (Archer, 2003: 148).

Ora, o que aqui está em causa é a distinção entre, por um lado, a “monitorização reflexiva e a racionalização da acção” e, por outro, a motivação para essa mesma acção (Giddens, 1984: 6). É justamente aqui que devemos ter em mente a premissa donde parte Giddens, segundo a qual agência é aquilo que realmente acontece, e o projecto equivaleria à motivação que pode ou não ser efectivada na prática. O corolário é que nem toda a agência é motivada; traduzindo para os termos de Archer, concluir-se-ia que nem toda a agência seria projectada.

Por outro lado, ao colocar uma tal ênfase nas conversações internas que os agentes entretêm consigo próprios, ou seja, na dimensão “exclusivamente” reflexiva da agência humana, escamoteia de facto todo o lado irreflectido da mesma, cuja importância tão bem delineada foi pela teoria da estruturação. A *internal conversation* abdica de uma consideração séria quer dos actos inconscientes, quer do conhecimento mútuo (*mutual knowledge* na terminologia de Giddens) de que os actores fazem uso quotidianamente. Acresce que, na prática de pesquisa, o que Archer aplica é uma externalização da conversação interna.<sup>6</sup> Esta prática parece particularmente duvidosa. Desde logo, porque assenta essencialmente naquilo que Giddens designou por consciência discursiva, ou seja, a aptidão para fazer um relato coerente das actividades dos actores e das razões que as motivaram (Giddens, 1984: 51). Neste caso, não é somente o inconsciente que fica por teorizar ou sequer por contemplar analiticamente, é também a consciência prática e o seu resultado mais directo e visível, as rotinas. Tendo em conta que uma parte não despreciada da actividade humana é não-reflexiva, a *internal conversation*, enquanto mediador entre estrutura e acção, afigura-se ser particularmente deficiente.

Neste sentido, quando comparado com o esquema accionalista de Giddens, este sai a ganhar, dado que permite conceber, no interior da própria acção, *loops* de *feedback* que retroalimentam a racionalidade dessa mesma acção. Poder-se-á portanto questionar a importância atribuída aos *concerns* (que se assemelham substancialmente aos *ultimate values* de Parsons) e postular que estes podem igualmente ser afectados, modificados, inflectidos, não apenas pelo sucesso ou insucesso dos projectos, mas também pelas práticas. Se assim for, os *concerns* não possuem nenhuma prioridade analítica.

Com efeito, é em Giddens que encontramos a melhor articulação entre acção-rotina-poder-ordem, que em Archer se encontra completamente ausente. Esta negligência de uma teoria da acção social em Archer é tanto mais curiosa quanto pode ser evidenciado que os dois autores partem de uma base semelhante, embora em períodos diferentes. Melhor dito, se a abordagem morfogenética surge como um comentário crítico à estruturação, ambas partem do questionamento da mesma problemática, a saber, a ligação entre integração social e integração sistémica. Os termos da equação foram colocados pelo artigo seminal de Lockwood na década de 1960. Em traços gerais, Lockwood pretendia com este artigo criar uma síntese entre a teoria do conflito e uma sociologia da ordem e dos valores; traduzindo, uma síntese entre Marx e Weber, sendo que esta, por sua vez, responderia à excessiva normatividade do esquema parsoniano da acção orientada para valores.

Se o *unit act* constituía o epicentro da sociologia parsoniana, do qual as suas ondas de choque — necessidades-disposições, normas, valores, etc. — podiam ser derivadas, o acto não tem qualquer papel na teoria da morfogénese. O mesmo não pode ser dito de Giddens, para quem a interpelação da analítica do acto assim como exposta por Parsons é uma constante da sua *démarche* teórica. A inflexão

---

6 Archer utiliza o ICONI, um guião para entrevistar e registar as descrições das conversas internas dos indivíduos. Ver Archer (2007b).

radical consiste em recusar uma versão sequencialista do acto, presente na concepção do *unit act*, para abraçar uma noção de acto enquanto fluxo constante, *durée*, no sentido bergsoniano, apenas interrompido pelo esforço intelectual, por uma *epoché*, e que apenas pode ser reconstruído, retrospectivamente, em sequências de acções discretas. A acção existe na *durée* (Joas e Knobl, 2009).

Aqui há uma verdadeira ruptura entre Archer e Giddens, porventura tão significativa quanto as discordâncias relativas à precedência da estrutura. Com efeito, Giddens rejeita uma noção mentalista de intencionalidade, enquanto Archer, nos seus últimos trabalhos, desemboca rigorosamente no ponto em que Giddens havia bifurcado da noção de acções discretas sequenciais efectuadas por agentes auto-conscientes. É justamente essa sequencialidade que reaparece, intrusivamente, no esboço da teoria da reflexividade proposto nos últimos trabalhos de Archer. Por outras palavras, onde Giddens rejeitara veementemente a precedência da intencionalidade é ela subrepticamente reintroduzida. Mais especificamente, o que Archer pretende consumir é um recentramento do sujeito, recentramento esse que tinha sido explicitamente rejeitado por Giddens. Mas fá-lo à custa da subalternização da conduta social, das interacções e trocas sociais, e isto, independentemente dos postulados ontológicos, possui consequências teóricas. Com efeito, quando Archer refere que, ao invés de darmos atenção às *conversations with society*, ou seja, ao *generalized other*, deveríamos ter sobretudo em conta *conversations about society* (Archer, 2003: 142), convém saber se Archer pode consumir a exigência de inverter a problemática meadiana, cuja premissa fora deduzida a partir do conceito de *social self*. Para William James, a capacidade que nós tínhamos de nos objectivarmos só era compreensível tendo em conta as interacções com os outros. Se levarmos a sério as premissas dos pais do interaccionismo, tal significa que as *conversations about society* só são possíveis porque “a sociedade conversa sobre nós”. Uma espécie de paráfrase da noção geral do *looking glass self*. Archer parece assumir que o que quer que se passe com as nossas faculdades reflexivas não é um produto emergente das nossas interacções com *significant others*. Uma tal constatação, a nosso ver, aproxima-a perigosamente, não tanto de uma *downward conflation*, mas mais radicalmente de uma monadologia.

Nada aponta mais claramente para essa tendência do que a concepção de identidade segundo Archer. Para Archer, a construção, melhor dizendo, o investimento — dado que não há nada de construtivista no seu esquema — identitário é praticamente dado pelo próprio, é praticamente autogéneo: “A identidade pessoal é uma propriedade emergente cujos poderes incluem a designação e concepção de projectos específicos em sociedade, a sua prossecução estratégica através de auto-monitorização e um comprometimento pelo estabelecimento bem sucedido de práticas que expressam uma preocupação particularmente predominante” (*id.*, *ibid.*: 139). Consequentemente, Archer defende que a nossa identidade pessoal decorre das “preocupações” que nós consideramos prioritárias. É destas que derivamos a nossa identidade única e singular.

Devemos opor a esta visão quase solipsista a noção de dialéctica da identificação assim como delineada por Jenkins. Falta, obviamente, à ideia de investimento identitário interno e unitário sugerida por Archer, a relação necessária com um

“outro”. Em consequência, a identidade seria sempre a resultante de uma dialéctica entre as nossas percepções e investimentos e as dos outros que recaem sobre nós. É também através dela, desta dialéctica, que se transforma, se reelabora e se apresenta essa mesma identidade quando colocada em circunstâncias diferentes. Estas eram, como é sabido, intuições fundamentais em Goffman. E possuem consequências analíticas importantes para a sustentação da máxima tão cara a Archer — *no people, no society* —, que, quanto a nós, deveria ser complementada com: *no other people, no society*.

Um exemplo é clarificador. Quando Archer apresenta a hipótese segundo a qual um homem tem que fazer escolhas entre investir na sua carreira ou no casamento e na estabilidade familiar (Archer, 2003: 147), parece negligenciar que os projectos deste homem estarão sempre em alguma medida dependentes dos projectos de quem com quem ele interage... sendo a inversa igualmente plausível. Por conseguinte, é lícito admitir que os projectos de qualquer agente só ganham dimensão agencial quando cotejados com os projectos daqueles com quem ele interage.

É aqui que convém ter presente a metáfora linguística que se encontra subjacente à ideia de estruturação. Mais, esta metáfora linguística, não devendo ser reduzida à sua dimensão idealista de condições óptimas ou racionais discursivas (Habermas), não deve igualmente cair no reducionismo oposto de uma dimensão internalista de uma conversa interior. Como salienta Mouzelis (2009), a exploração de um ambiente interno deve ser complementada com o reconhecimento de um ambiente externo. O problema aqui seria então o de conceptualizar, na esteira de uma das intuições fundamentais de Mouzelis, o eixo da relação estrutura-actor enquanto intra e interacção; ou seja, nas palavras do autor, “as intra-acções internas do *self-self* e as interacções entre o *self-other* que ocorrem simultaneamente num contexto específico [...] Em suma: os processos discursivos intra e interactivos ligam os poderes causais dos actores aos das estruturas” (*id., ibid.*: 233). E fazem-no, poderíamos acrescentar, mediante um determinado grau de sistematicidade; ou seja, este “elo” entre os poderes causais dos actores e os das estruturas é evidenciado — mesmo possibilitado — quando estamos em presença de uma certa sistematicidade — caso contrário, a arbitrariedade implicaria sempre a impossibilidade do estabelecimento de um tal vínculo. Para Giddens, como é sabido, a combinação entre máxima liberdade agencial e regularidade social é concebida através da noção de institucionalização. Em traços muito gerais, o que são instituições senão formas sociais de mitigar as recorrentes avaliações que seriam exigidas aos agentes caso estes se encontrassem perante o imperativo de deliberação sistemática? Ou seja, não são as instituições precisamente formas sociais de espartilhamento e orientação quer das preocupações dos indivíduos quer das possíveis orientações para a acção?

Como pode então ser isto compatível com a prioridade dada às propriedades agenciais do agente: “Os próprios agentes têm que deliberar quanto a um curso de acção preciso, tendo em conta as suas preocupações e mediante as circunstâncias em que se confrontam.” Será que podemos escamotear inteiramente o papel “funcional” da instituição: a capacidade de, rotineiramente, substituir uma exigência de deliberação permanente pela estabilização das expectativas sociais? Em

Giddens, por criticável que seja esta conceptualização (Craib, 1992), ela não negligencia o papel fundamental da instituição enquanto garante da acção, isto é, enquanto forma social padronizadora que permite tanto uma continuidade da práxis social como uma estabilidade da personalidade (a rotinização das condutas confere um suplemento de segurança ontológica).

Elas são, no fundo, substitutos pragmáticos da exigência motivacional de projectar sistematicamente. Concretamente, embora os indivíduos meçam os custos de oportunidade das suas acções — e um tal processo possa sempre ser falível —, eles fazem-no mediante um conjunto de acções que são legitimadas a partir de um determinado quadro de acção.

#### *Múltiplas reflexividades?*

Partindo da metodologia das histórias de vida, Archer chega a uma tipologia da reflexividade que se articula com a mobilidade social evidenciada nas biografias dos indivíduos. Segundo esta perspectiva, a mobilidade social é equacionada enquanto continuidade ou descontinuidade contextual. A relação entre esta e os *concerns* identifica os três tipos de reflexividade (comunicativa, autónoma, meta-reflexiva).<sup>7</sup>

O indivíduo comunicativo-reflexivo expressa um diálogo interno que confere prioridade à estabilidade das relações pessoais no interior da família, do bairro e da comunidade local, evitando assim projectos que corrompam estes elos sociais. Segundo Archer, este indivíduo evita a mobilidade social ou geográfica, preferindo ficar no seu “sítio”. O reflexivo-autónomo enfatiza na sua conversa interior um pendor deliberante, cujo horizonte é o alcance de metas em vez da estabilidade das relações pessoais. Por conseguinte, em vez de se furtar aos obstáculos e possibilidades, ele tenta diminuir os primeiros e incrementar as segundas. Por fim, os meta-reflexivos caracterizam-se pela constante postura crítica, quer relativamente aos aspectos do *self* quer quanto aos factores exteriores. Consequentemente, ela encontra-se apostada num processo de subversão permanente, mudando de uma situação para outra, diminuindo assim a possibilidade de mobilidade ascendente e retraindo, ou reduzindo, a estabilidade dos contactos pessoais. Esta última condição virá, em condições de globalização, a ampliar-se e intensificar-se.

Não podemos deixar de notar que esta tipologia se aproxima de um outro trabalho, conduzido recentemente por Martucelli (2006). Neste, o esquema das prioridades encontra-se invertido, isto é, os projectos dos indivíduos sofrem modificações, entorses, divergências, mediante os obstáculos, as dificuldades, as “provas” com que são confrontados. É a natureza das “provações”, dos obstáculos e dificuldades que dita os projectos, significando desta forma que são os contextos e não os “projectos” que ganham prioridade analítica.

Acresce que uma tal tipologia da(s) reflexividade(s) escamotearia as facetas contraditórias dessas mesmas reflexividades, optando por uma descrição demasiado

---

7 Archer identifica mais uma reflexividade, a fragmentária, mas esta é residual no esquema proposto para as facetas da individualização e o seu impacte nos trajectos sociais de mobilidade.

linear das biografias dos agentes, como se o sentido que estas adquirissem quando recontadas não se devesse sobretudo a um efeito de retrospectividade. Mesmo que Archer admita a existência de “incongruência contextual”, esta apenas implica a necessária descoincidência entre o projecto e a vida tal qual ela é (Archer, 2007b: 155).<sup>8</sup> Segundo esta definição, a “incongruência contextual” resume-se ao desajustamento entre aspirações e condições sociais. Archer parece assim pressupor uma correspondência directa entre o tipo reflexivo e o seu simétrico tipo agencial, que a autora identifica como três tipos de atitudes directamente resultantes dessas três modalidades reflexivas, a saber, “o evasivo, o estratégico e o subversivo” (*id.*, *ibid.*: 342). Uma tal correspondência só se justifica se atribuirmos prevalência epistemológica (subsequentemente, analítica) ao projecto. Todavia, e o modelo é, a este respeito, particularmente equívoco, como ajustar uma agência que não reproduz directamente a preocupação (*concern*) em causa? Ou será que Archer assume que existe sempre uma correspondência necessária entre o tipo de reflexividade e a agência que dela decorre? Se assim for, acaba por fatalmente restringir a “abertura” do “sistema sociedade” inicialmente postulada. Isto porque, mais uma vez, forçou a acomodação da contingência a um esquema voluntarista interno; caso em que Parsons *would be back with a vengeance*.

### Considerações finais

Perante o exposto, gostaríamos de propor que o que devemos ter em conta são duas vertentes do projecto e da sua acção sobre o mundo (ou os mundos) que se afiguram (ainda?) insuficientemente problematizadas na obra de Archer. Por um lado, colocar a hipótese de assimetria desta capacidade. Embora se ligue obliquamente à ideia de Mouzelis de diferenciais capacidades agenciais decorrentes do lugar hierárquico que os actores ocupam, afastar-se-ia quanto ao pressuposto de uma universal capacidade de jogar estrategicamente, apesar das condicionantes estruturais que tornam assimétricas as disposições, interesses e orientações estratégicas (Mouzelis, 1991; Parker, 2000: 112). Aproximar-se-ia, todavia, da crítica que Lash (2000: 116) dirige a Giddens relativamente a uma autonomia global da agência que não tenha em conta a “desigualdade de oportunidades de reflexividade”, resultando esta em “perdedores” e “ganhadores” da reflexividade. Por conseguinte, só um modelo que integre lógicas assimétricas da capacidade de projectar e das suas implicações na agência, e não um modelo que assumia uma espécie de coerência interna dos projectos e destes em relação à agência, seria capaz de dar conta satisfatoriamente da combinação entre sistematicidade e contingência, tendo por assumido que o que quer que se dê na estrutura é sempre fruto da agência humana.

Contingência (“a prova”) e sistematicidade complementam-se assim de forma variável, não tanto porque as descrições das situações são falíveis, como Archer

8 “At some point, all twelve subjects encountered an incongruity between what they would become — their aspirant vocation or the preconditions for it — and their social context, which impeded its realization.” (Archer, 2007b: 155)

insiste, mas porque a própria hierarquia da distribuição de recursos — cognitivos, sociais, económicos — implica que umas descrições possam ser mais falíveis do que outras. Partindo deste princípio, é fácil admitir que a capacidade reflexiva não é horizontal, mas sim desigualmente distribuída, gerando, conseqüentemente, capacidades agenciais assimétricas, mesmo dentro dos três tipos previamente definidos pela autora.

Por outro lado, reconhecer que, qualquer que seja o projecto ou a natureza deste, é legítimo pressupor que, face à contingencialidade das “provas”, está sempre aberto a entorses, retrocessos, reelaborações, etc. Se a assunção de que a sociedade não é mais do que um sistema aberto se alicerça no postulado da contingência da acção humana, por que não pressupor concomitantemente que, a um nível inferior, é justamente a contingência a que os projectos estão sujeitos que produz essa mesma “abertura”? Neste caso, a desadequação entre a *internal conversation* e a agência deve “necessariamente” ser postulada. Se se verificar que existe uma desadequação entre as preocupações (*concerns*) e a agência, então não se justifica a sequencialidade do esquema accionalista de Archer que afirma a precedência destes. Perante uma tal possibilidade, de duas uma, ou os três tipos reflexivos de Archer não esgotam as possibilidades, ou mais simplesmente é errado pressupor uma identidade entre as modalidades reflexivas e o que quer que se passe no mundo. Em termos muito prosaicos, nem sempre aquilo que se passa na cabeça tem qualquer reflexo na acção exterior.

Da mesma forma, a continuidade ou descontinuidade contextual pode ser segmentada, isto é, o agente pode experimentar continuidade num determinado contexto e descontinuidade noutro. Assim, pode ter uma vida afectiva e familiar sem qualquer incongruência contextual, donde deriva um sentimento de continuidade (o reflexivo comunicativo), e simultaneamente ter uma vida profissional cujo desenvolvimento é periclitante, atribulado e permanentemente sujeito a tensões, experimentando assim um sentimento de descontinuidade (o meta-reflexivo). Partindo destes pressupostos, dificilmente seremos autorizados a pensar que o registo de um determinado contexto se sobrepõe necessariamente a todos os outros. Podendo nós inclusivamente especular se a temporalidade, os ritmos e as descrições desses dois factores não são igualmente variáveis em contextos diversos; ou seja, se só existe um registo de experimentação da continuidade ou da descontinuidade contextual.

Em resumo, gostaríamos de sugerir que:

- devemos rejeitar uma concepção que se aproxima estranhamente (do ponto de vista do realismo social) de uma perspectiva excessivamente monadológica da acção humana;
- como corolário, devemos ter em linha de conta que os projectos (bem assim como as preocupações) devem ser entendidos como produtos das interacções; neste sentido, a dimensão interactiva da agência é absolutamente crucial se quisermos compreender o imbricamento entre propriedades emergentes pessoais e estruturais;
- conseqüentemente, e mantendo como premissa a abertura do sistema social

sociedade, devemos colocar em causa a correspondência directa entre tipos reflexivos e agência.

Finalmente, e dentro de uma segunda ordem de problemas, se um agente pode ser corporativo, como se adequa o tipo de agência decorrente dos três tipos de reflexividade apontados por Archer a realidades colectivas? Haverá uma agência colectiva meta-reflexiva? Ou corresponde esta à acção de quem tem poder para imprimir uma determinada orientação a essa mesma realidade colectiva: organização, grupo, etc.?

Mas isso seria abrir uma outra caixa de Pandora.

### Referências bibliográficas

- Archer, Margaret (1979), *Social Origins of Educational Systems*, Londres, Sage.
- Archer, Margaret (1982) "Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action", *British Journal of Sociology*, 33 (4), pp. 455-483.
- Archer, Margaret (1995), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, Margaret (1996 [1988]), *Culture and Agency. The Place of Culture in Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, Margaret (2000), "Homo economicus, homo sociologicus and homo sentiens", em Margaret S. Archer e Jonathan Q. Tritter (orgs.) *Rational Choice Theory. Resisting Colonization*, Londres, Routledge, pp. 36-57.
- Archer, Margaret (2003), *Structure, Agency and the Internal Conversation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, Margaret (2007a), "The trajectory of the morphogenetic approach: an account in the first-person", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, pp. 35-47, disponível em: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/54/550.pdf>
- Archer, Margaret (2007b), *Making Our Way through the World. Human Reflexivity and Social Mobility*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, Margaret, e outros (1998), *Critical Realism. Essential Readings*, Londres, Routledge.
- Bhaskar, Roy (1989), *The Possibility of Naturalism. A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*, Londres, Routledge.
- Bourdieu, P., e L. J. D. Wacquant (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- Cohen, Ira J. (1990), "Teoría de la estructuración y praxis social", em Anthony Giddens e J. H. Turner, *La Teoría Social Hoy*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 351-397.
- Craib, Ian (1992), *Anthony Giddens*, Londres, Routledge.
- Elder-Vass, Dave (2008), "Searching for realism, structure and agency in actor network theory", *The British Journal of Sociology*, 59 (2), pp. 281-299.
- Elder-Vass, Dave (2010), *The Causal Power of Social Structures. Emergence, Structure and Agency*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Elster, John (1998), "A plea for mechanisms", em Peter Hedström e Richard Swedberg (orgs.), *Social Mechanisms. An Analytical Approach to Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 45-73.

- Giddens, Anthony (1973), *The Class Structure of the Advanced Societies*, Londres, Hutchinson University Library.
- Giddens, Anthony (1979), *Central Problems in Social Theory. Action, Structure and Contradiction in Social Theory*, Berkeley, CA, The University of California Press.
- Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1996), *Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Gradiva.
- Harré, Rom, e P. F. Secord (1972), *The Explanation of Social Behaviour*, Oxford, Basil Blackwell.
- Joas, Hans, e Wolfgang Knobl (2009), *Social Theory. Twenty Introductory Lectures*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lash, Scott (2000), "A reflexividade e os seus duplos: estrutura, estética, comunidade", em Ulrich Beck, Anthony Giddens e S. Lash (orgs.), *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora, pp. 105-164.
- Marsden, Richard (1999), *The Nature of Capital. Marx after Foucault*, Londres, Routledge.
- Martucelli, Danilo (2006), *Forgé par l'Épreuve. L'Individu dans la France Contemporaine*, Paris, Armand Colin.
- Mouzelis, Nicos P. (1991), *Back to Sociological Theory. The Construction of Social Orders*, Londres, Palgrave Macmillan.
- Mouzelis, Nicos P. (2009), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Parker, John (2000), *Structuration*, Filadélfia, Open University Press.
- Pires, Rui Pena (2007), "Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura", *Sociologia Problemas e Práticas*, 53, pp. 11-50.
- Sayer, Andrew (2000), *Realism and Social Science*, Londres, Sage.
- Sawyer, Keith (2006), *Social Emergence. Societies as Complex Systems*, Cambridge, Cambridge University Press.

Nuno Oliveira. Investigador do CIES-IUL, bolsheiro de doutoramento pela FCT.  
E-mail: filicastrol@gmail.com

### **Resumo/ abstract/ résumé/ resumen**

*Entre Cila e Caríbdis: o realismo social de Margaret Archer*

Neste artigo pretende-se confrontar as propostas teóricas de Archer com as de Giddens; ou, melhor dizendo, ler Giddens através de Archer e vice-versa, numa assumida tentativa dialógica que nunca chega — nem pretende — a uma síntese. Procura-se através desta confrontação iluminar algumas articulações lógicas entre os dois paradigmas, que possam delinear as forças e fraquezas do realismo social na concepção advogada por Archer. Neste sentido, propomos três vectores de análise através dos quais cotejar as duas abordagens: o eixo ontológico, o eixo sistémico e o eixo accionalista. Concluimos sugerindo que algumas propostas centrais da teoria

da estruturação não podem ser negligenciadas, sob pena de uma teoria da morfogénese cair num internalismo espúrio que corre o risco de resvalar para uma visão redutora da articulação entre capacidades emergentes pessoais e propriedades emergentes estruturais.

Palavras-chave ontologia, emergentismo, elisionismo, morfogénese, reflexividade, *internal conversation*.

*Between Scylla and Charybdis: Margaret Archer's social realism*

This article aims to compare Archer's theoretical proposals with those of Giddens or, more precisely, to read Giddens through Archer and vice versa, in a deliberate dialogical attempt that never reaches — and never tries to reach — a synthesis. It is intended, through this comparison, to cast light on certain logical articulations between the two paradigms that may delineate the strengths and weaknesses of social realism as conceived by Archer. For this reason, we put forward three vectors of analysis, through which to set the two approaches against each other: the ontological, systemic and actionalist axes. We conclude by suggesting that certain key proposals in the theory of structuration cannot be neglected, on pain of a theory of morphogenesis falling into a spurious internalism that runs the risk of slipping towards a reductive vision of the articulation between personal emerging capacities and structural emerging properties.

Keywords ontology, emergentism, elisionism, morphogenesis, reflexivity, internal conversation

*Entre Cila et Caribdis: le réalisme social de Margaret Archer*

Cet article confronte les propositions théoriques d'Archer à celles de Giddens (ou, plutôt, on lit Giddens à travers Archer et vice-versa), dans une tentative dialogique assumée qui n'aboutit jamais à une synthèse — ce n'est d'ailleurs pas son objectif. Cette confrontation vise à éclairer quelques articulations logiques entre les deux paradigmes susceptibles de déceler les forces et les faiblesses du réalisme social dans la conception défendue par Archer. Dans ce sens, nous proposons trois vecteurs d'analyse afin de comparer les deux approches : l'axe ontologique, l'axe systémique et l'axe actionnaliste. Nous concluons en suggérant que certaines propositions centrales de la théorie de la structuration ne sauraient être négligées, sous peine de plonger la théorie de la morphogenèse dans un internalisme dénaturé qui court le risque de glisser vers une vision réductrice de l'articulation entre capacités émergentes personnelles et propriétés émergentes structurelles.

Mots-clés ontologie, émergentisme, élisioannisme, morphogenèse, réflexivité, *internal conversation*.

*Entre Cila y Caríbdis: el realismo social de Margaret Archer*

En este artículo se pretende confrontar las propuestas teóricas de Archer con las de Giddens; o es mejor decir, leer a Giddens a través de Archer y viceversa, en un asumido intento dialógico que nunca llega — ni pretende — a una síntesis. A través de esta confrontación se pretende iluminar algunas articulaciones lógicas entre los dos paradigmas que puedan delinear las fortalezas y debilidades del realismo social en la concepción planteada por Archer. En este sentido, proponemos tres vectores de análisis a través de los cuales se puedan cotejar los dos abordajes: el eje ontológico, el eje sistémico y el eje accionalista. Concluimos sugiriendo que algunas propuestas centrales de la teoría de la estructuración no pueden ser negligenciadas para que la teoría de la morfogénesis no sufra de un internalismo estéril que se arriesga a derivar hacia una visión reduccionista de la articulación entre capacidades emergentes personales y propiedades emergentes estructurales.

Palabras-clave ontología, emergentismo, elisionismo, morfogénesis, reflexividad, *internal conversation*.

